

ALFABETIZAÇÃO MIDIÁTICA E INFORMACIONAL EM SAÚDE

Laura Valladares Oliveira Soares¹Luis Fernando Herbert Massoni²

Os relacionamentos de uns com os outros e com o ambiente que habitamos vêm se transformando de forma significativa devido às tecnologias que utilizamos cotidianamente. A segunda metade do século XX foi marcada pelo avanço no desenvolvimento tecnológico e, se nesse período percebíamos essas mudanças a cada dezena de anos, com a chegada dos anos 2000, esse processo deu um salto. Os canais de comunicação tradicionais precisaram se reinventar, pois as telenovelas e o telejornal, antes protagonistas da formação sociocultural da população brasileira e da formação de opinião pública, passaram a disputar espaço com conteúdos que acessamos com o deslizar de um dedo sobre uma tela.

Do mesmo modo, embora mantenham sua função social pujante, os espaços tradicionais de formação e informação, como as escolas e as bibliotecas, precisaram repensar suas práticas, tendo em vista um mundo cada vez mais conectado, amparado em um fluxo informacional incessante. Atualmente, a informação está a um clique do *mouse*, a um toque no celular ou a um comando de voz na assistente virtual.

Os cuidados com a saúde não ficaram indiferentes a isso: mediante uma situação que envolva saúde ou dúvida pontual sobre bem-estar e autocuidado, embora a busca por ajuda médica seja o procedimento correto, sabemos que muitas pessoas recorrem a fontes disponíveis na internet na busca por informações. Por vezes, os problemas ou dúvidas são sanados dessa forma, mas isso levanta a dúvida: estamos aptos a lidar com essas informações, sabendo refiná-las e empregá-las de forma eficaz em nossas vidas?

O preparo para isso, em nossa concepção, segue perpassando aspectos educacionais e culturais: somos um país continental, com carências múltiplas e que

¹ Doutoranda em Educação em Ciências: Química da Vida e Saúde (Universidade Federal do Rio Grande do Sul).

² Doutor em Comunicação e Informação (Universidade Federal do Rio Grande do Sul).

apresenta taxas de desigualdade social que, quando parecem ter sido superadas, voltam à tona. Referente às questões relacionadas ao uso do aparato informacional, torna-se evidente uma questão de extrema relevância, visto que, mais do que nunca, é fundamental que as necessidades informacionais sejam supridas. Para além disso, é necessário que os sujeitos integrantes do processo informacional saibam desenvolver e aplicar ações de alfabetização para o uso das mídias, bem como para o acesso, o uso e a produção da informação, por meio da Alfabetização Midiática e Informacional (AMI), “[...] conceito que tem alcançado destaque como resultado das demandas urgentes de uma sociedade extremamente conectada e saturada pelas mídias e informações instantâneas”. (DUDZIAK; FERREIRA; FERRARI, 2017, p. 214). Desta forma, a AMI nos auxilia a partir do exercício do desenvolvimento de competências múltiplas que nos tornem capazes de lidar com a informação em seus mais diversos suportes.

Além disso, a AMI, conforme Luce, Soares e Estabel (2021), tem como objetivo possibilitar uma aprendizagem mais autônoma para o uso das mídias e das informações, de modo a facilitar a articulação de processos e as mudanças sociais, por meio de um melhor relacionamento com as informações que nos cercam. Tendo isso em vista, este texto objetiva apresentar a AMI como conjunto de ações que podem nos preparar para lidar com a informação, especialmente em saúde, da qual nossa população ainda é tão carente.

SOBRE ALFABETIZAÇÃO MIDIÁTICA E INFORMACIONAL

Apresentamos o conceito de alfabetização, que faz parte do processo civilizatório e que está presente nas diferentes políticas educacionais. Freire (1983, p. 19) descreve o ato de alfabetizar como:

Um processo que envolve uma compreensão crítica do ato de ler, que não se esgota na decodificação pura da palavra escrita ou da linguagem escrita, mas que se antecipa e se alonga na inteligência do mundo. [...] A compreensão do texto a ser alcançada por sua leitura crítica implica a percepção das relações entre o texto e o contexto.

O processo da alfabetização, portanto, “[...] está relacionado à necessidade de uma estrutura discursiva comum, construída a partir da ‘leitura de mundo’”. (PAIXÃO *et al.*, 2011, p. 938). Conforme consta no *Marco de Avaliação Global da Alfabetização Midiática e Informacional* da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO), o termo alfabetização trata-se nada mais do que da “[...] habilidade de ler e escrever, e compreender uma simples frase sobre o cotidiano de uma pessoa.”, (UNESCO, 2016, p. 25), incluindo aqui diferentes tipos de habilidades relacionadas à escrita e à leitura. O documento também reforça a ideia de que nenhum indivíduo é completamente analfabeto ou está totalmente alfabetizado, sendo importante “[...] considerar todas as alfabetizações de maneira contínua: os indivíduos são alfabetizados de formas diferentes, mostrando níveis e usos variados de competências da alfabetização, de acordo com seus ambientes, suas necessidades e seus recursos disponíveis”. (UNESCO, 2016, p. 25).

Em resposta ao grande volume de informação surgido nos últimos tempos e ao seu impacto, surgiram conceitos como “[...] ciberalfabetização, alfabetização digital, alfabetização informacional, alfabetização midiática, alfabetização em notícias, alfabetização tecnológica ou de TIC e muitas outras”. (UNESCO, 2016, p. 27). O termo AMI representa um conceito composto, originado da junção de pelo menos dois termos: Alfabetização Informacional e Alfabetização Midiática, que, de acordo com o que diz a UNESCO (2016, p. 29):

Historicamente, a *alfabetização informacional* é um campo bem estabelecido e evoluído de cursos de formação profissional e materiais para usuários de bibliotecas. Desde 1974, a expressão *alfabetização informacional* é usada para enfatizar a importância do acesso à informação, à avaliação, à criação e ao compartilhamento da informação e do conhecimento, ao utilizar para este fim várias ferramentas, formatos e canais. A expressão *alfabetização midiática* remonta à inserção de recursos audiovisuais na educação, enfatizando a habilidade de compreender, selecionar, avaliar e usar as mídias como fornecedor, processador ou produtor de informação. (Grifo do autor).

Além desses dois tipos de alfabetização (*informacional e midiática*), as alfabetizações *digital, tecnológica* ou em *Tecnologia da Informação e Comunicação* (TIC)

também estão relacionadas às habilidades que necessitamos para o acesso, uso, produção e gestão de informações e de conteúdos midiáticos, e, com o passar do tempo, estes três tipos de alfabetizações (*informacional, midiática e em TIC*) se conectam, originando a seguinte definição:

[...] um conjunto de competências que empodera os cidadãos para acessar, recuperar, compreender, avaliar, usar, criar e compartilhar informações e conteúdos midiáticos de todos os formatos, usando várias ferramentas, com senso crítico e de forma ética e efetiva, para que participem e engajem-se em atividades pessoais, profissionais e sociais. (UNESCO, 2016, p. 29).

Antes do surgimento do conceito de AMI, já se falava nos outros tipos de alfabetização e se chamava atenção para a questão da importância das mídias, ressaltando que a Alfabetização Midiática é responsável pelo desenvolvimento da capacidade do sujeito de articulação junto às mídias e aos canais de informação de forma significativa. Além disso, as competências que adquirimos com a alfabetização midiática podem nos equipar com habilidades de raciocínio crítico, permitindo uma demanda por serviços de alta qualidade das mídias e de outros provedores de informação. Conjuntamente, fomentamos um ambiente propício no qual as mídias e outros provedores de informação possam prestar serviços de qualidade. (WILSON *et al.*, 2013). A AMI tem como um de seus principais objetivos permitir uma aprendizagem mais autônoma para “[...] utilizar as mídias e as comunicações tanto como ferramentas, quanto como uma maneira de articular processos de desenvolvimento e mudança social”. (WILSON *et al.*, 2013, p. 40).

Existe ainda um recurso político-pedagógico, também desenvolvido pela UNESCO, conhecido como *Cinco Leis da Alfabetização Midiática e Informacional*, que serve como uma espécie de resumo do que se entende mundialmente por AMI ou, simplesmente, *Media and Information Literacy*. As cinco leis são:

Lei 1: informação, comunicação, bibliotecas, mídia, tecnologia, internet e outras formas provedoras de informação são para o uso no engajamento cívico crítico e no desenvolvimento sustentável, sendo que todas são importantes, não devendo haver nenhuma hierarquia entre elas, mas um conhecimento maior a respeito de todas. Ou seja, elas são iguais em estrutura e nenhuma é mais relevante que a outra, nem deve ser tratada como tal;

Lei 2: todo cidadão é um criador de informação e conhecimento e tem uma mensagem para transmitir. Além disso, todo cidadão deve ser empoderado a acessar novas informações e conhecimentos para se expressar. A AMI é para todos, homens e mulheres, de maneira igualitária, e traz um elo com os direitos humanos;

Lei 3: informação, conhecimento e mensagem não são sempre neutros e vêm carregados de valores, vieses e preconceitos. Sendo assim, qualquer informação, conceituação, uso ou aplicação da AMI deve ser devidamente contextualizada e compreensível a todos cidadãos;

Lei 4: todo cidadão tem o direito de entender novas mensagens, informações e conhecimentos, bem como comunicar-se, independentemente de estar ciente, admitir ou expressar essa vontade. Dessa forma, esses direitos nunca devem ser comprometidos;

Lei 5: a Alfabetização Midiática e Informacional não é um processo único, portanto, não é adquirida de uma só vez. São processos e experiências vívidos e dinâmicos. É um processo contínuo, que perdura a vida inteira. Ela só é completa quando inclui conhecimento, competências e atitudes. Quando abrange acesso, produção, uso, avaliação e comunicação de conteúdos de informação, midiáticos e tecnológicos. (UNESCO, 2017³ *apud* DEL MASSA; DAMIAN; VALENTIM, 2018, p. 220).

No documento *Alfabetização Midiática e Informacional: diretrizes para a formulação de políticas e estratégias*, Grizzle *et al.* (2016) trazem a matriz conceitual da AMI, que, ao ser apresentada, afirmam a importância de todas as formas de mídias e de todos os provedores de informação para o seu desenvolvimento, ressaltando a importância das bibliotecas, acervos, museus, editoras e aqueles que se encontram disponíveis na internet. Esta matriz se baseia na convergência existente entre a telecomunicação e a radiodifusão, além, é claro, das outras formas de mídia e provedores de informação, que não se limitam apenas às TIC, já que estão incluídas também nas tradições orais. Grizzle *et al.* (2016) apresentam uma proposta de matriz conceitual para AMI, representada através da imagem abaixo:

³ UNESCO. **Media and Information Literacy**: cinco leis de alfabetização midiática e informacional. Brasília, DF: UNESCO, 2017.

Figura 1 – Alfabetização Midiática e Informacional: proposta de matriz conceitual



Fonte: Grizzle *et al.* (2016, p. 16).

A Figura 1 é composta por 4 círculos, sendo que, para cada um deles, foi atribuída por Grizzle *et al.* (2016), uma denominação e conceituação diferentes. São elas:

- a) **Informação, mídia e outros provedores de informação, incluindo aqueles de internet (círculo branco):** este círculo representa as fontes de informação e os meios através dos quais as informações são transmitidas, além das mídias como uma forma de instituição, como televisão, rádio, jornais, bibliotecas, museus, acervos, dispositivos móveis, dentre outros. A disponibilidade e o acesso a estes são fundamentais a um ambiente que vise à expansão da AMI;
- b) **Finalidade (círculo roxo):** neste círculo estão resumidos os resultados das pesquisas acerca de por qual razão as pessoas utilizam informações e outros

provedores de informação, como entretenimento, associação, vigilância e esclarecimento. Conscientizar os cidadãos sobre as finalidades da AMI os conduz à análise de suas necessidades informacionais;

- c) **Compreensão (círculo verde):** este círculo se refere ao conhecimento básico que todos os usuários precisam ter a respeito das funções, natureza e padrões profissionais e éticos de todas as mídias e provedores de informação. A compreensão, quando combinada com a finalidade, favorece a análise crítica e o uso ético da informação e das mídias, bem como estimula os cidadãos que não possuem acesso às mídias e à informação a garantirem seu acesso a elas;
- d) **Processo e prática (círculo azul):** este círculo mostra quais passos devem ser dados ou as diferentes competências que os cidadãos precisam para criar e utilizar as informações e os conteúdos midiáticos ética e eficientemente, e também os encoraja a usar as mídias e outros provedores de informação como parte da sua vida social, política, econômica, cultural e pessoal.

Ainda com relação ao que foi apresentado, Freire (1986) já dizia que ensinar não é apenas transferir conhecimentos, mas criar possibilidades para que conhecimentos sejam produzidos ou construídos. É despertar a curiosidade e o desejo pela busca de conhecimentos, que trarão para o processo de aprendizagem outras “vozes indispensáveis” além da sua. Esse posicionamento do educando, não sendo um sujeito submisso dentro do seu processo educacional, é o que “[...] dará suporte à formação de seu senso crítico, isto é, a sua leitura crítica de mundo”. (FREIRE, 1986 *apud* PAIXÃO *et al.*, 2011, p. 938). Dito isto, entendemos que as competências pertinentes à AMI são fundamentais para que exerçamos nossa cidadania de maneira plena, auxiliando-nos no reconhecimento e no impacto de nossas ações e de nosso papel na sociedade em que vivemos, utilizando-as nas mais variadas esferas, como, por exemplo, na saúde.

ALFABETIZAÇÃO MIDIÁTICA E INFORMACIONAL EM SAÚDE

Em 2005, Varela (2005, p. 2) afirma que “[...] a sociedade busca conhecimento e novos modelos que possibilitem interpretar e compreender o mundo [...]” e, em 2020, esta reflexão torna-se ainda mais profunda em decorrência de uma nova pandemia: COVID-19. Essa pandemia, que além de assolar o mundo inteiro, trazendo consequências jamais pensadas, ainda “[...] desnudou a baixa compreensão acerca de questões relacionadas à confiabilidade das informações científicas, mesmo em um contexto no qual estamos rodeados de inovações tecnológicas que contribuem para o bem-estar e a saúde”. (SANTINI; ESTABEL, 2021, p. 2). No mesmo ano, a Organização Mundial de Saúde (OMS) utilizou o termo *infodemia* para se referir à propagação em massa de informações, muitas delas falsas, sobre a pandemia de COVID-19. Pouco depois, a UNESCO classificou essa “avalanche de desinformação” como *desinfodemia*, termo cunhado por duas pesquisadoras - Julie Posetti e Karina Bontcheva –, que consideram a desinformação relacionada aos aspectos de saúde, no caso à pandemia, como “[...] mais tóxica e mortal do que qualquer outra, uma vez que coloca em risco sociedades inteiras”. (INFODEMIA, 2023, *online*).

Conforme defendem as autoras Lucca e Neubert (2022), saber lidar com informação é fundamental para a saúde, pois permite uma melhora da qualidade de vida, no momento em que passamos a ser mais pró-ativos na escolha alimentar mais saudável, nas decisões sobre tratamentos e terapias aos quais desejamos ser submetidos, na prevenção de doenças, bem como na compreensão de diagnósticos e distúrbios. Podemos refletir: quantos de nós tivemos dificuldades para lidar com informações que envolvem saúde?

Se você tiver uma indisposição física e fizer uma rápida pesquisa no Google por sintomas genéricos, tais como dor de cabeça, diarreia ou dor de garganta, encontrará uma série de informações, incluindo as possibilidades de que você tenha COVID-19, aneurisma cerebral, meningite, toxoplasmose, *Human Immunodeficiency Virus* (HIV), ansiedade, doenças alimentares, câncer, dentre outras. Você provavelmente conhece alguém que teve um mal-estar, buscou por informações na internet e ficou preocupado com os resultados da busca, se é que você mesmo já não passou por isso.

Isso se deve à dificuldade em saber selecionar as fontes para a busca por informações corretas sobre saúde. Nesse quesito, o mais indicado é buscar auxílio junto a profissionais habilitados, como, por exemplo, com um bibliotecário, profissional da informação que possui *know how* necessário para selecionar, acessar e usar fontes de informação, garantindo a qualidade dos conteúdos encontrados.

A AMI, como processo educacional, possui grande potencial de transformar nossas vidas, indo muito além da mera instrumentalização para lidar com informações e mídias, e o conceito tem ganhado destaque diante “[...] das demandas urgentes de uma sociedade extremamente conectada e saturada pelas mídias e informações instantâneas”. (DUDZIAK; FERREIRA; FERRARI, 2017, p. 214). Ela é acompanhada da emancipação dos sujeitos e da autonomia na construção de conhecimento, promovendo a melhoria da qualidade de vida, tornando-se crucial em áreas como a da saúde, onde a informação rápida, fidedigna e de qualidade é determinante para nosso bem-estar.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A UNESCO preconiza a AMI, ressaltando a sua importância para o desenvolvimento de uma sociedade cada vez mais crítica e ética, que seja capaz de tomar decisões e fazer escolhas baseadas em informações advindas de fontes fidedignas. Ademais, um de seus principais objetivos é permitir que a aprendizagem seja mais autônoma, e que as mídias e as comunicações possam ser utilizadas tanto como ferramentas quanto como uma forma de articulação dos processos de mudança e desenvolvimento social.

A AMI desempenha um significativo papel no aperfeiçoamento de nossas competências para o acesso e o uso da informação sobre saúde em diferentes contextos, promovendo nosso bem-estar e qualidade de vida. Autocuidado é uma palavra-chave nesse sentido e inclui o bom senso de saber quando compartilhar ou não uma informação, bem como a capacidade de analisar criticamente a grande quantidade de conteúdos que nos bombardeiam diariamente.

Sendo assim, acreditamos que o desenvolvimento de ações relacionadas com a AMI sejam fundamentais para o desenvolvimento da competência informacional dos cidadãos,

pois ao possibilitar a autonomia na aprendizagem e uma melhor apropriação das mídias e das informações, a AMI facilita a tomada de decisões e pode contribuir com mudanças sociais, melhor qualidade de vida e acesso à informação sobre saúde.

REFERÊNCIAS

DEL MASSA, H. C. O.; DAMIAN, I. P. M.; VALENTIM, M. L. P. As Cinco Leis para a Alfabetização Midiática e Informacional e sua Relação com os Fatores Críticos de Sucesso no Âmbito da Gestão do Conhecimento. **Bibliotecas. Anales de Investigación**, Havana, v. 14, n. 2, p. 218-231, 2018. Disponível em: <http://hdl.handle.net/20.500.11959/brapci/58875>. Acesso em: 23 jun. 2023.

DUDZIAK, E. A.; FERREIRA, S. M. S. P.; FERRARI, A. C. Competência Informacional e Midiática: uma revisão dos principais marcos políticos expressos por declarações e documentos. **Revista Brasileira de Biblioteconomia e Documentação**, v. 13, n. especial, p. 213-253, 2017. Disponível em: <https://rbbd.febab.org.br/rbbd/article/view/675>. Acesso em: 29 mar. 2023.

FREIRE, P. **A Importância do Ato de Ler**. 3ª ed. São Paulo: Cortez, 1983.

FREIRE, P. **A Importância do Ato de Ler**. 16ª ed. São Paulo: Cortez, 1986.

GRIZZLE, A. *et al.* **Alfabetização Midiática e Informacional**: diretrizes para a formulação de políticas e estratégias. Brasília, DF: UNESCO, 2016. Disponível em: <https://nic.br/media/docs/publicacoes/8/246421POR.pdf>. Acesso em: 20 mar. 2023.

INFODEMIA. *In: Academia Brasileira de Letras*. Rio de Janeiro: ABL. [S.l.], 2023. Disponível em: <https://www.academia.org.br/nossa-lingua/nova-palavra/infodemia>. Acesso em: 28 mar. 2023.

LUCCA, D. M. de; NEUBERT, P. S. O Letramento Informacional em Saúde e as Ações de Mediação da Informação: relações a partir da produção científica. *In: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO*, 22. 2022. Porto Alegre. **Anais [...]**. Porto Alegre, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2022. Disponível em: <https://brapci.inf.br/index.php/res/download/216201>. Acesso em: 22 mar. 2023.

LUCE, B. F.; SOARES, L.; ESTABEL, L. B. A Alfabetização Midiática e Informacional: a produção científica em repositórios e bases de dados abertas da América Latina, Portugal e Espanha. **Páginas A&B, Arquivos e Bibliotecas**, Porto, n. 16, p. 135-151, 2021. Disponível em: <http://hdl.handle.net/20.500.11959/brapci/169094>. Acesso em: 1 jun. 2023.

PAIXÃO, P. B. S. *et al.* A Prática de Alfabetização em Informação e Comunicação em Saúde: o olhar dos agentes comunitários de saúde sobre o projeto de inclusão digital em Sergipe, Brasil. **Interface - Comunicação, Saúde, Educação**, Botucatu, v. 15, n. 38, p. 937-946, 2011. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_abstract&pid=S1414-32832011000300029&lng=pt&nrm=iso&tlng=pt Acesso em: 31 abr. 2023.

SANTINI, L. A.; ESTABEL, L. B. Literacia em Saúde no Brasil: análise de instrumentos na perspectiva da educação em saúde, da alfabetização científica e do letramento informacional. *In*: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM EDUCAÇÃO EM CIÊNCIAS, 13., 2021, [s.l.] **Anais** [...], Campina Grande: Realize, 2021. P. 1-7. Disponível em: <https://www.editorarealize.com.br/index.php/artigo/visualizar/75933>. Acesso em: 29 mar. 2023.

UNESCO. **Marco de Avaliação Global da Alfabetização Midiática e Informacional**: disposição e competências do país. Brasília, DF: UNESCO, 2016. Disponível em: <https://nic.br/media/docs/publicacoes/8/246398POR.pdf>. Acesso em: 29 mar. 2023.

VARELA, A. A Explosão Informacional e a Mediação na Construção do Conhecimento. *In*: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 6., 2005, Florianópolis. **Anais** [...], Florianópolis: UFSC, 2005. Disponível em: <https://brapci.inf.br/index.php/res/v/173390>. Acesso em: 2 maio 2023.

WILSON, C. *et al.* **Alfabetização Midiática e Informacional**: currículo para formação de professores. Brasília, DF: UNESCO: UFTM, 2013. Disponível em: <https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000220418>. Acesso em: 29 mar. 2023.